

O intolerável da educação e a manutenção das desigualdades no discurso educacional brasileiro

The intolerable of education and the maintenance of inequalities in the Brazilian educational discourse

Bruna Maria de Sousa Santos¹
Universidade Federal da Paraíba – UFPB
brunasantoscg@gmail.com

RESUMO: O artigo propõe investigar o funcionamento do autoritarismo no discurso educacional brasileiro, mais particularmente naquilo que concerne ao trabalho empreendido em prol do silenciamento das desigualdades e à sua consequente manutenção. Para tanto, tomaremos como materialidades analíticas duas propagandas do Ministério da Educação, cujas temáticas fazem referência ao Novo Ensino Médio: a primeira delas veiculada em 2017, durante o governo de Michel Temer, e a segunda em 2021, já durante o governo de Jair Bolsonaro. Filiadas aos Estudos Discursivos Foucaultianos, as análises buscam cartografar o poder regulador do autoritarismo no interior de uma ordem do discurso que apaga o cenário desigual do país, visibilizando o funcionamento de uma rede discursiva antidemocrática que se estrutura não pelo reconhecimento e pelo enfrentamento da realidade, mas por sua invenção (SCHWARCZ, 2019). O intuito será o de demonstrar que essa “invenção da realidade” relega à educação um papel mercadológico e despolitizado, uma vez que seu potencial democrático constitui, para a lógica autoritária, um mal intolerável cujos avanços devem ser refreados.

Palavras-chave: Discurso educacional brasileiro; Autoritarismo; Desigualdades.

ABSTRACT: The article proposes to investigate the functioning of authoritarianism in the Brazilian educational discourse, more particularly regarding the work undertaken in favor of silencing inequalities and their consequent maintenance. To do so, we will take as object of study two advertisements from the Ministry of Education, whose themes refer to the New High School: the first of them aired in 2017, during the government of Michel Temer, and the second in 2021, already during the government of Jair Bolsonaro. Affiliated to Foucauldian Discursive Studies, the analyzes seek to map the regulatory power of authoritarianism within an order of discourse that erases the unequal reality of the country, making visible the functioning of an anti-democratic discursive network that is structured not by recognizing and confronting reality, but for its invention (SCHWARCZ, 2019). The intention will be to demonstrate that this “invention of reality” relegates education to a marketing and depoliticized role, since its democratic potential constitutes, for the authoritarian logic, an intolerable evil whose advances must be curbed.

Keywords: Brazilian educational discourse; Authoritarianism; Inequalities.

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba.

Introdução

*Uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com
país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas
misérias...*

(Guimarães Rosa)

Em setembro de 2016, o então presidente do Brasil, Michel Temer, anunciou a Medida Provisória nº 746/2016, que reformularia o Ensino Médio com o objetivo de “flexibilizar” o percurso escolar dos estudantes, além de incentivar a formação profissional e técnica. Meses depois, já em 2017, a Medida Provisória passou à forma da Lei nº 13.415/2017, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e instituiu o Novo Ensino Médio (NEM), cuja finalidade seria a de “modernizar” o ensino, aproximando-o dos modelos adotados por países desenvolvidos².

Tal mudança no contexto educacional brasileiro veio associada a um projeto impopular de reformas estatais propostas pelo governo Temer, com o pretexto de retirar o país da crise político-econômica agravada pelo golpe que resultou no afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Essas reformas, no entanto, estavam a serviço da elite empresarial brasileira, tendo em vista sua política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, no congelamento de verbas e no desmonte de direitos educacionais, trabalhistas e previdenciários arduamente conquistados, fato que evidencia as motivações do golpe e da posterior ascensão de Michel Temer ao poder: um grande pacto nacional, guiado não pela punição de um crime de responsabilidade, mas pelos interesses do mercado (SOUZA, 2016).

Esse governo, golpista e autoritário em suas origens, apressadamente buscou impor suas reformas, firmando alianças com as classes empresarial e política para a aprovação e a legitimação de seu projeto ultraliberal sem a efetiva participação popular. Ao comentar as polêmicas em torno de suas reformas, Temer chegou a afirmar que “elas podem ser mal compreendidas num primeiro momento, mas depois darão suporte popular ao governo”. Sobre a Reforma do Ensino Médio, em particular, o então presidente chamou de “vozes dissonantes”³ os críticos de diversos setores da sociedade preocupados com os rumos da

² *Temer defende novo ensino médio e chama críticos de ‘vozes dissonantes’*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1818429-temer-defende-novo-ensino-medio-e-chama-criticos-de-vozes-dissonantes.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2023.

³ Ambas as declarações foram veiculadas em: *Temer defende novo ensino médio e chama críticos de ‘vozes dissonantes’*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1818429-temer-defende-novo-ensino-medio-e-chama-criticos-de-vozes-dissonantes.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2023.

educação, demonstrando, assim, o silenciamento do contraditório e, por isso mesmo, o autoritarismo daqueles que ouvem apenas os ecos da própria voz.

O autoritarismo, aliás, é marca fundante da nação brasileira (CHAUÍ, 2019; SCHWARCZ, 2019), não sendo elemento próprio do governo Temer, posto que lhe é anterior e ulterior, isto é, atravessa nossa tessitura social naquilo que nos é constitutivo: nossa história. São raízes do autoritarismo brasileiro a escravidão, o racismo, a corrupção, a desigualdade social, a violência, e tantas outras questões com as quais a população tem se confrontado cotidianamente há pouco mais de cinco séculos. Numa lógica de retroalimentação, essas raízes são a causa e a consequência do autoritarismo, cujo funcionamento se caracteriza por naturalizar a desigualdade, por evadir-se do passado e por negar as violências perpetradas como forma de promover o Estado e a manutenção do poder (SCHWARCZ, 2019).

Um bom exemplo do funcionamento do discurso autoritário é o da formulação de realidades completamente desprendidas do factual, erigidas pela construção de mitos e pelo apagamento de um passado indecoroso. Característico desse processo é o *mito da democracia racial* (FREYRE, 2006), difundido por todo o país e responsável pela construção de um imaginário popular segundo o qual o Brasil seria fruto de uma origem alicerçada na união entre o negro, o índio e o europeu, o que faria do brasileiro um povo sem preconceitos, filho da miscigenação. Trata-se de um discurso que deixa à margem da memória o fato de que o nascedouro do Brasil foi marcado com o sangue e com o genocídio dos povos originários, bem como com a perversa escravidão e com toda a segregação racial e social que dela sucedeu.

A produção de memórias, portanto, é sempre um espaço de disputas no qual desdobram-se as tentativas de construir discursivamente os acontecimentos históricos (BRAGA; SÁ, 2020). O autoritarismo vale-se dessas (re)construções discursivas para dar origem a narrativas míticas/heroicas que recobrem o passado e amordaçam as vozes da resistência. No período da ditadura civil-militar brasileira, por exemplo, a estrutura de poder autoritário atuou de modo a atenuar as práticas de violência, de censura e de perseguição que marcaram o regime. Conforme assinalam Braga e Sá (2020), à luz de Teles e Safatle (2010), esse apagamento dos confrontos impediu um “acerto de contas com o passado”, dando margem aos *restos da ditadura* em nossa sociedade: “militarização da vida e da política, criminalização dos movimentos sociais e de resistência etc.” (BRAGA; SÁ, 2020, p. 53).

Essa ausência de reparação social foi também observada por Orlandi (2015) em análise na qual a autora demonstra que os sentidos da tortura, e do que dela resultou em nossa política, não foram socialmente trabalhados, tornando nebuloso o fato de que o Brasil é/foi

um país que tortura(va) os dissidentes políticos. Com a reabertura política, a memória da repressão foi substituída pela “memória da ordem e do êxito econômico” (BRAGA; SÁ, 2020, p. 55) e por formulações que reverberavam a ideia de que seria preciso “esquecer para seguir adiante” (SÁ, 2015), numa tentativa exitosa de esmaecer o lastro de horror e de violência perpetrada pelo regime.

Discursos como esses, que recobrem o passado com uma espécie de “invenção da realidade”, estão engendrados em uma trama de poder autoritário que enfraquece a voz das populações minorizadas justamente por negar e deslegitimar suas demandas por justiça e reparação: afinal, por que bradar contra o racismo ou contra a intolerância religiosa, se já somos um país sem preconceitos, fruto da mistura de várias raças, credos e culturas? Por que repudiar o Regime Militar, se nessa época nosso país vivenciou um verdadeiro milagre econômico, somado à ordem e ao progresso da nação? O discurso autoritário, assim, vale-se da criação de realidades paralelas forjadas por narrativas apaziguadoras ou heroicizadas de um passado que nunca existiu e que tem por finalidade a docilização das massas e a naturalização das estruturas de mando e de obediência (SCHWARCZ, 2019). A estratégia é promissora: só se reconhece e se resiste ao que existe efetivamente. Negar, assim, as injustiças e as desigualdades parece ser uma boa saída para “pôr ideias arranjadas” e não lidar com um “país de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias”, para lembrar Guimarães Rosa (2019, p. 18).

Partindo dessa problemática, buscamos aqui cartografar o funcionamento do autoritarismo no discurso educacional brasileiro, tomando como materialidades analíticas duas propagandas do Ministério da Educação: uma vinculada ao governo Temer (2016-2017) e outra produzida durante o governo Bolsonaro (2018-2022). Tais propagandas fazem referência ao Novo Ensino Médio e elaboram discursivamente “realidades” que produzem uma espécie de consenso sobre os pretensos benefícios da reforma, negando a desigualdade estrutural que atravessa o país e, ao mesmo tempo, promovendo a manutenção do poder estatal ultraliberal. Para proceder às análises, utilizaremos os postulados foucaultianos no que concerne à sua analítica do poder, que dará sustentação teórica e metodológica ao estudo.

O autoritarismo na dinâmica do poder

Foucault (2014), em *A ordem do discurso*, lembra-nos de que toda produção discursiva é *controlada, selecionada, organizada e redistribuída* por procedimentos que impedem seu

acontecimento aleatório, o que permite entrever o exercício de um certo poder regulador. Esse poder, que está na base dos processos discursivos, não possui uma natureza ou uma essência reveladora, nem repousa absoluto nas mãos de uma entidade soberana: trata-se de um poder descentralizado, microfísico, capaz de atravessar as micro e as macro estruturas sociais (FOUCAULT, 2022).

Tal compreensão sobre o poder põe em causa a ideia althusseriana de centralidade do Estado por meio da atuação de seus aparelhos ideológicos. Na ótica foucaultiana, a análise do poder ocorre precisamente em sentido oposto, de modo ascendente, já que ele está disperso em todas as camadas da sociedade, dando a ver a existência de microlutas, e micropoderes circunscritos a realidades que diferem do Estado, sendo a ele vinculadas ou não. Os aparelhos ideológicos, desse modo, são muito mais um instrumento de uma rede de poder do que propriamente sua instância produtora. Nessa direção, Deleuze (2005, p. 83) atenta para o fato de que, “as instituições são práticas, mecanismos operatórios que não explicam o poder, já que supõem as relações e se contentam em fixá-las sob uma função reprodutora e não produtora”. O poder, portanto, não é um mero prolongamento da ação estatal, numa lógica de dominação global e centralizada, mas possui técnicas e mecanismos próprios, atuando nos níveis mais moleculares da vida social.

Em definição clássica, Foucault (2022b, p. 369) enuncia que o poder só pode ser concebido enquanto relação, ou melhor, enquanto “um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado”, exercendo-se em rede, funcionando em cadeia. Isso significa dizer que, nessa trama complexa, não existe uma relação estática e dicotômica entre dominadores e dominados, dado que “os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 2022a, p. 284). Sendo assim, o poder não deve ser concebido como um bem ou um tesouro do qual podem se apoderar os indivíduos, tampouco é uma força indomável capaz de submetê-los e estilhaçá-los, aprisionando-os no espaço de seu domínio. O indivíduo, assim, não é escravo do poder, mas seu centro de transmissão e efeito primordial.

Pensar o indivíduo nesses termos (efeito e centro de transmissão do poder) trouxe a reboque consequências metodológicas decisivas para a analítica foucaultiana, como o primado da investigação dos procedimentos técnicos de poder que intervêm materialmente nos corpos, gestos, discursos e desejos, de modo que sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos. Eis a eficácia produtiva do poder: fabricar individualidades, constituí-las, controlando, assim, a vida humana e impondo-lhes uma relação de docilidade-utilidade

necessária à manutenção da sociedade em termos políticos e econômicos. O indivíduo, desse modo, é resultante de um atravessamento do poder, sendo, portanto, seu efeito e, por isso mesmo, centro de sua transmissão.

Ao analisar aquilo que chamou de “sociedades disciplinares”, Foucault (2022) observa que, embora possa se utilizar da proibição, da censura e da violência, o poder atua estrategicamente de modo tácito, sutil, mas não menos produtivo, pois constrói verdades, discursos e subjetividades para intervir naquilo que os indivíduos têm de mais concreto: seus corpos. Dessa maneira, os sujeitos são submetidos e controlados pela disciplina, que os torna dóceis e úteis à manutenção do *status quo*. É nesse ponto que se faz necessário efetuarmos uma definição daquilo que entendemos por autoritarismo na dinâmica do poder. Propomos pensá-lo enquanto um agrupamento de princípios, práticas e discursos por meio dos quais o poder se exerce, produzindo uma relação de mando-servidão que atende às estruturas hierárquicas de sociabilidade.

Imbricado à dinâmica do poder, o autoritarismo não está localizado em nenhum ponto específico da malha social, nem é elemento exclusivo do Estado brasileiro, mas funciona como uma rede incontornável a que nada nem ninguém pode escapar, pois está pulverizada nas relações públicas e privadas, não lhe havendo um exterior possível ou um alhures fora da rede que a ela não se dobre: o poder nos atravessa de uma maneira ou de outra. Não é sem causa que as imagens dos monarcas portugueses, montados em seus pomposos cavalos, até hoje, despertam fascínio e respeito em boa parcela da população, que, inebriada pelas histórias das “grandes conquistas” do processo colonizatório, reconhece-se em uma posição secundária e admiradora daquela ocupada pelos europeus, naturalizando, assim, as estruturas de mando e de desigualdade postas em nossa conjuntura.

No Brasil, a estrutura de mando e de servidão é ainda reproduzida e atualizada desde as relações familiares, profissionais e afetivas, até aquelas mediadas entre o Estado e a população, dando a ver práticas normalizadas e até mesmo institucionalizadas de racismo, machismo, homofobia etc. Isso ocorre porque o autoritarismo supõe uma relação sempre desigual entre aqueles que mandam (geralmente homens, ricos, brancos e heterossexuais) e aqueles que obedecem (populações minorizadas). A desigualdade que experimentamos desde 1500, portanto, não é fruto do mero acaso ou de uma predestinação inevitável, mas resulta da atuação do poder autoritário na formação do povo brasileiro.

É preciso lembrar, entretanto, que onde “há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência” (FOUCAULT, 2022c, p. 360). Conforme mencionado anteriormente, o poder não aprisiona o indivíduo, dado que existe sempre a possibilidade de

insurgir contra a dominação a partir de condições e estratégias precisas. Segundo a ótica foucaultiana, há uma coexistência imprescindível entre o poder e a resistência que põe em funcionamento “uma interação indissolúvel, um encadeamento estrutural, onde poder e resistência interagem um sobre o outro de maneira cíclica, permanente” (BRAGA, 2008, p. 32). Subtrai-se, assim, a concepção de que a resistência seria o oposto complementar do poder, desfazendo ao mesmo tempo a ideia de que resistir pressupõe o confronto de dois universos distintos, como se a resistência pudesse se estruturar apartada das coerções do poder, desenvolvendo-se em um alhures inviolável capaz de desmontar estrategicamente todo o ordenamento do poder ao qual ele seria anterior e exterior.

Diferentemente do que pode imaginar o senso comum, o pensamento foucaultiano sugere que é no seio da própria dominação que a resistência encontra seu lugar, sendo tão inventiva, tão estratégica e tão eficaz quanto as técnicas e os mecanismos do poder que ela enfrenta, distribuindo-se meticulosamente pelos espaços mais atomizados da tessitura social, e oferecendo aos sujeitos a possibilidade de despedirem-se das estruturas de domínio que os submetem ao controle, à obediência e à desigualdade naturalizada.

Dentre os diferentes setores que encampam a resistência às formas desiguais de sociabilidade no Brasil, a educação tem se constituído, sobretudo após a redemocratização, como um potente instrumento democrático capaz de proporcionar o acesso e a garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, oferecendo-lhes a oportunidade de refletirem sobre suas condições desiguais de existência para então transformá-las. Com a Constituição Federal de 1988 e a posterior promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o discurso educacional brasileiro pôde se revestir de princípios de liberdade e ideais de solidariedade humana, com vistas à promoção da igualdade de acesso e de permanência na escola, da valorização das diferenças e do apreço à tolerância, o que conferiu a esse discurso um grande potencial democrático, fazendo-o funcionar como instância propulsora da resistência em favor da justiça social.

Esse potencial da educação, evidentemente, figura como ameaça às estruturas autoritárias de poder que são favorecidas pela desigualdade, o que leva às inúmeras investidas de controle e de coerção dessa instância democrática, de modo a refrear seus avanços, numa tentativa de conter aquilo que ela possui de mais intolerável: sua força subversiva, capaz de desestruturar a ordem do autoritarismo que trabalha incessantemente na manutenção e no recrudescimento das injustiças sociais.

Educação e desigualdade no Brasil

Lembra-nos Foucault (2014 p. 41) de que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”. Talvez isso explique o fato de que a educação brasileira, embora tenha avançado com os princípios de igualdade após a redemocratização, nem sempre os teve como prioridade. Na realidade, por muito tempo, ela esteve a serviço da perpetuação do poder e de uma política de segregação social resultante da atuação do autoritarismo.

Conforme elucida Schwarcz (2019), por sua origem essencialmente escravocrata e centralizadora de renda, o Brasil veio conferindo à educação, ao longo dos anos, *status* de privilégio e não de direito. Segundo a autora, durante o período colonial, a desigualdade se fazia ver não apenas pelo sistema escravocrata, cujo funcionamento impedia o acesso de suas vítimas à escolarização, mas também pela bipartição social entre ricos e pobres, sendo o ensino primário considerado o suficiente para as classes menos abastadas, ao passo que o ensino secundário e o superior, os quais conferiam o acesso às atividades intelectuais de mais prestígio, eram destinados às classes senhoriais.

Além da divisão de cor e de classe, havia também a divisão de gênero. No final dos anos 1870, com o ensino já franqueado à população livre, as escolas passaram a designar diferentes atribuições à formação de meninos e meninas. No ensino primário, por exemplo, cabia às garotas aprender as práticas de leitura, escrita, cálculo elementar, bordado, costura e doutrina cristã, habilidades que pudessem prepará-las para o lar, já que a formação para atuar na esfera pública era destinada aos homens (SCHWARCZ, 2019). As poucas alunas que prosseguiram seus estudos no secundário eram, na maioria dos casos, destinadas ao magistério, já as demais crianças pobres e negras eram prontamente direcionadas ao trabalho, sem que a elas fosse concedida a oportunidade de avançar na formação escolar. Schwarcz (2019) enfatiza, no entanto, que, embora não houvesse um sistema facilitador para mulheres, pobres e negros, despontaram nessa época elites negras que, aproveitando-se das brechas do sistema, conquistaram para si o prestígio social proporcionado pelos estudos.

No período da República, coube aos Estados brasileiros responsabilizarem-se pelo ensino primário e pelos cursos profissionalizantes, sendo as escolas normais destinadas às mulheres e as escolas técnicas dirigidas aos homens, ambas prioritariamente pensadas para a educação da população pobre. Em 1920, segundo Schwarcz (2019), houve uma guinada na área educacional, por meio dos ideais do movimento Escola Nova, que tematizava o potencial democrático e necessário do ensino primário, fato que proporcionou um olhar mais

preocupado para esse nível da educação, o que, entretanto, não abalou as estruturas autoritárias que se mantinham desfrutando dos privilégios da educação superior.

Num momento de retrocesso, já no Estado Novo, o sistema público de ensino tratou de “separar aqueles que poderiam estudar de forma plena dos que deveriam estudar menos e chegar ao mercado de trabalho mais rapidamente” (SCHWARCZ, 2019, p. 138). Nesse contexto, a Lei Orgânica do Ensino promoveu dois caminhos no trajeto educacional: o ensino profissionalizante e o secundário, sendo o primeiro destinado àqueles que teriam a necessidade de trabalhar mais rapidamente e o segundo destinado às elites que dispunham de condições materiais para prosseguir os estudos ininterruptamente.

Em função da urgência em profissionalizar a classe trabalhadora, surgiram, no cenário brasileiro, o Senai (1942), com o objetivo de proporcionar formação profissionalizante para atuação na indústria, e o Senac (1946), destinado à prestação de serviços no comércio. Tais sistemas ofereciam aos alunos certo auxílio financeiro, o que tornava esse nível de ensino bastante atraente para aqueles que mais precisavam. Embora seja imperioso reconhecer o êxito com que o Senai e o Senac desempenharam suas funções no âmbito educacional, Schwarcz (2019) atenta para o fato de que esses sistemas reforçaram ainda mais a dualidade que se mostrava predominante desde o período colonial: “os componentes dos estratos médios e altos continuaram a optar pelas escolas que os classificavam socialmente, e os componentes dos estratos populares passaram a frequentar instituições que os preparavam mais rapidamente para o trabalho” (SCHWARCZ, 2019, p. 139).

Outro fator que reforça esse sistema dual de discriminação social no atual cenário brasileiro é a inconsistência e a negligência com que os investimentos na área educacional são conduzidos. Em comparativo com outros países latino-americanos, a parcela do PIB destinada à educação no Brasil, entre 1985 e 2000, foi sensivelmente menor do que em países como Argentina, Chile, Bolívia, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Peru e Equador (SCHWARCZ, 2019, p. 143). Esse descaso com a aplicação de recursos públicos para a educação tem como um dos principais efeitos a persistência do analfabetismo no país. Enquanto o analfabetismo argentino quase zerou, ainda estamos nos aproximando de 10%, tornando inatingível a erradicação do analfabetismo brasileiro para o ano de 2024, conforme previa o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

De acordo com Schwarcz (2019), sobretudo nas duas últimas décadas, houve uma série de avanços no perfil educacional do país, quando os gastos públicos com a educação foram superiores às nossas marcas históricas, chegando a assemelhar-se aos números de nações mais desenvolvidas. Esse avanço, porém, não foi suficiente para superar problemas

estruturais como o analfabetismo, a evasão escolar e a distorção idade-série. Nesse contexto, a autora alerta para o fato de que as políticas educacionais continuam exercendo importante papel na reprodução das desigualdades sociais por não agenciarem medidas mais radicais de enfrentamento dessas disparidades; muito pelo contrário: se há um traço que não se desfez em nosso sistema educacional, desde o período colonial até a atualidade, é o traço da bipartição social e da concentração de benefícios públicos destinados a uma pequena parcela da população.

Por esse motivo, não é exagero afirmar que, na prática, a inclusão social nunca foi prioridade efetiva para o Estado brasileiro, cuja atuação, ao longo dos anos, ficou restrita a medidas inconsistentes que, na maioria das vezes, não funcionaram a longo prazo e nem tiveram a capacidade de minorar o déficit educacional em nosso país. Esse descaso não é mera contingência, ou acidente de percurso, como pode-se alegar, mas uma política autoritária de discriminação que sempre esteve a serviço da manutenção dos privilégios da elite econômica em detrimento das camadas mais populares da nação.

A atuação do autoritarismo na educação brasileira é bastante estratégica, pois uma escola efetivamente pública, gratuita e de qualidade, capaz de subverter a ordem autoritária, oferecendo aos indivíduos a possibilidade de quebrarem com esse ciclo histórico de injustiças, é, sem dúvida, uma grande ameaça para as estruturas de poder, o que explica as constantes tentativas de domesticar o sistema educacional, retirando-lhe seu caráter crítico, plural e democrático, para que ele possa operar em função da bipartição social e da consequente manutenção das desigualdades. Assim, estabelece-se no Brasil um duelo em que, de um lado, está a potência revolucionária da educação democrática e, de outro, a atuação do poder autoritário, que não mede esforços para conter seus avanços e suas conquistas. Trava-se, nesse cenário, a batalha entre poder e resistência e, nessa relação de forças, a educação pública tem avançado e retrocedido em diferentes momentos da nossa história.

É bem verdade que, a despeito de todo o trabalho autoritário, a educação pública brasileira, em nossa história recente, tem experimentado momentos de grande ânimo, avançando com as pautas mais sensíveis às comunidades minorizadas. Em 1997, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apresentaram ao Ensino a noção de Temas Transversais, firmando o compromisso de “uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental” (BRASIL, 1997, p.15). Tais temas deveriam atravessar o ensino das disciplinas, contemplando, entre outras questões, o tema da orientação sexual, entendida como natural e inerente à vida e à saúde, necessitando ser abordada em sala de aula para tratar de

temáticas como as relações de gênero⁴ e o respeito a si mesmo e ao outro, de modo a superar “tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro” (BRASIL, 1997, p. 287).

Desde então, temas como sexualidade, raça e cultura se consolidaram nos documentos oficiais e nas diretrizes educacionais como tópicos necessários à educação e à inclusão social. Contudo, em 2014, numa conjuntura de crescente conservadorismo, o tema da sexualidade na educação foi revisitado num grande debate nacional em função das metas estipuladas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que versavam sobre a redução das desigualdades e a valorização da diversidade, trazendo à baila a questão das relações de gênero. O tema foi vetado do PNE (2014/2024) como resultado da pressão de bancadas conservadoras e religiosas que se opuseram a abordagens pedagógicas daquilo que passaram a chamar de “ideologia de gênero”, na concepção de que o trabalho com esse conteúdo em sala de aula tinha apenas a finalidade político-ideológica de deturpar “os conceitos de homem e mulher, destruindo o modelo tradicional de família” (CARVALHO, 2015)⁵.

Como o poder autoritário não se vale apenas da censura e da proibição, somada às investidas reacionárias de veto às abordagens pedagógicas sobre gênero e sexualidade, estava, nessa conjuntura, a ideia de modernização da educação, associada às necessidades do mercado do século XXI. Com a derrocada de Dilma Rousseff em 2016, ironicamente no mandato em que seu governo carregava o lema “Brasil, Pátria Educadora”, as forças autoritárias do governo Temer avançaram com suas reformas ultraliberais, trazendo à tona a Reforma do Ensino Médio, que, mais uma vez em nossa história, colocava em evidência a divisão de classe e a disparidade de oportunidades.

O Novo Ensino Médio, oficializado com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, no governo de Michel Temer, e implantado em 2022 pelo governo de Jair Bolsonaro, estabeleceu uma mudança na estrutura desse nível de ensino através da ampliação do tempo mínimo do estudante na escola, que passou de 800 horas para 1.000 horas anuais. Além disso, definiu-se uma nova organização curricular, subsidiada por uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pela oferta de itinerários formativos, que, por sua vez, foram definidos pela lei como arranjos curriculares que podem se aprofundar nos saberes de uma área do conhecimento ou na formação técnica e profissional.

⁴ Na perspectiva do documento, as relações de gênero abarcam questões concernentes à sexualidade, à identidade, bem como à violência de gênero.

⁵ *Exclusão de gênero do Plano Nacional de Educação é retrocesso, diz educador. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-diz-educador/>* Acesso em: 23 fev. 2023.

A formação profissionalizante, assim, penetra na carga horária do Ensino Médio regular, o que implica necessariamente a redução de horas-aula de disciplinas como História, Geografia, Física, Sociologia etc., tendo em vista que a obrigatoriedade de oferta está circunscrita ao ensino de Língua Portuguesa e de Matemática, sendo as outras disciplinas obrigatórias para o Ensino Médio de modo geral e não para os três anos que o compõem. Esse movimento de avanço da formação técnica e profissionalizante e recuo de componentes da formação geral básica diz muito sobre as prioridades da reforma: atender às urgências do mercado, formando jovens que rapidamente possam ingressar no mundo do trabalho, sem que prossigam seus estudos no ensino superior. Qualquer semelhança com a nossa história não é mera coincidência.

Essa relação que se estabelece entre o Novo Ensino Médio e a espessura histórica do sistema educacional brasileiro foi, inclusive, tematizada por Michel Temer em pronunciamento para uma plateia de empresários e convidados da revista *Exame* no ano de 2016, quando a reforma ainda tramitava na condição de Medida Provisória. Segundo ele, “é interessante no Brasil que as coisas se renovam para voltar ao passado”⁶. Ironicamente, a suposta renovação da educação brasileira foi definida pelo então presidente como um passaporte para um passado permeado pela desigualdade triunfante e pela discriminação social que escancara a manutenção das injustiças em benefício da elite econômica.

No que concerne ao NEM, há ainda um outro problema que merece destaque. A lei prevê que a oferta dos itinerários formativos deve ficar a cargo de cada sistema de ensino, conforme suas possibilidades e contextos locais, o que leva novamente à disparidade de oportunidades. Em uma conjuntura desigual como a nossa, as escolas privadas saem à frente, oferecendo aos seus estudantes maior aprofundamento e diversificação nos itinerários formativos, ampliando e qualificando a formação de seus alunos. Esse fato não tem sido observado na grande maioria das escolas públicas, que não possuem os recursos necessários para ofertar os itinerários com a mesma diversificação e aprofundamento, limitando, desse modo, a formação dos estudantes.

Tendo em vista nossa história cíclica de avanços e de retrocessos educacionais, coincidentemente, no passado, o próprio Michel Temer pôde vivenciar as consequências dessa

⁶ *Temer defende novo ensino médio e chama críticos de ‘vozes dissonantes’*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/09/1818429-temer-defende-novo-ensino-medio-e-chama-criticos-de-vozes-dissonantes.shtml>. Acesso em: 23 fev. 2023.

disparidade de ofertas nas escolas. Ao lançar o NEM em cerimônia solene⁷, o então presidente relatou que, em seu tempo de estudante, no interior do Estado de São Paulo, a escola onde estava matriculado não oferecia curso de aprofundamento nas Ciências Humanas⁸, área do conhecimento com a qual se identificava. Conforme seu relato, com a restrição de alternativas, foi preciso que ele fizesse o curso de Ciências Exatas, ficando reprovado em duas matérias. A solução que encontrou para reverter o problema foi a de estudar na capital, onde havia a oferta do curso de seu interesse. O que talvez o jovem Temer não dimensionasse, mas certamente o longevo Temer é capaz de entender e cinicamente obliterar, é que a grande maioria dos brasileiros não teria condições materiais para trilhar a mesma trajetória, desistindo dos estudos ou ficando à mercê da oferta das instituições em que estivessem matriculados, ainda que os cursos não correspondessem às suas áreas de interesse.

É por esse motivo que o NEM se materializa, em nossa conjuntura recente, como um novo declínio sofrido pela educação brasileira, em semelhança a outros movimentos de retrocesso experimentados ao longo de nossa história. Trata-se de uma nova versão da *educação para a desigualdade*, forjada em tantos outros momentos, e que volta disfarçada de progresso, de modernização, de protagonismo e de liberdade, como procuraremos demonstrar nas análises que seguem.

O Novo Ensino Médio nas propagandas do MEC: desigualdade como liberdade

A propaganda governamental constitui aquilo que Pêcheux (2014) nomeou de *arte* ou *arma* do Estado, cujo funcionamento se caracteriza pelo exercício do controle sobre as massas, de modo a absorver as revoltas e anestesiar as resistências mediante a construção de um consenso. A propaganda, assim, integraria uma das manifestações da *língua de Estado*, entendida como “uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classes” (PÊCHEUX, 2014, p. 86). Desse modo, no que tange à atuação de um macro poder estatal e de seu intrínseco autoritarismo na conjuntura brasileira, a utilização da propaganda para absorver os conflitos e escamotear a segregação de classes apenas demonstra aquilo que Foucault (2022) alerta sobre o funcionamento do poder em sua forma mais insidiosa e estratégica: a construção de

⁷ *Governo reformula o ensino médio*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GnkbvcG6tEQ&ab_channel=TVBrasilGov. Acesso em: 23 fev. 2023.

⁸ Algo semelhante ao que propõem os itinerários formativos.

verdades e de subjetividades no interior de uma relação de docilidade-utilidade que silencia as contradições em benefício da manutenção das estruturas hierárquicas de poder.

Foram diversas as propagandas produzidas pelo Ministério da Educação com o propósito de divulgar as mudanças ocasionadas pelo NEM. Seleccionamos duas delas, sendo a primeira lançada em 2017, no governo Temer, com a intenção de divulgar a reforma e apresentar suas “vantagens” para os jovens estudantes; e a segunda veiculada durante a gestão Bolsonaro em 2021 para anunciar a implantação do NEM, que se daria no ano seguinte. As duas peças publicitárias foram amplamente difundidas nas plataformas digitais e na rede televisiva, atingindo um grande número de espectadores. Em ambas, parece haver uma mesma regularidade de construção dos efeitos de modernização, de progresso, de liberdade e de protagonismo juvenil, que trabalham discursivamente na diluição do contraditório e das desigualdades em favor de um suposto consenso sobre os benefícios dessa política institucional. É o que procuraremos demonstrar nas linhas que seguem.

Imagem 1 - Propaganda Governo Temer, parte 1



Fonte: Canal oficial do Ministério da Educação no YouTube.⁹

O fotograma acima condensa quatro cenas iniciais da propaganda de divulgação do NEM no ano de 2017 pelo governo Temer. Nelas, é possível vislumbrar um ambiente que se assemelha a um teatro ou a um cinema, no qual os jovens ocupam a posição de plateia, na total ausência de luz. Esse cenário inicial produz o efeito de que os estudantes estão despojados do protagonismo de suas próprias vidas, figurando enquanto coadjuvantes/espectadores. Conforme o vídeo avança, os jovens se erguem, sendo a eles lançado um holofote para que então suas vozes se façam ouvir por meio da manifestação de suas vontades: o primeiro estudante diz querer ser jornalista, a segunda deseja ser professora; o terceiro, designer de games e a última manifesta seu desejo de entrar em um curso técnico para rapidamente ingressar no mercado de trabalho.

⁹

Disponível

em:

https://www.youtube.com/watch?v=7_Fdhibi0yQ&ab_channel=Minist%C3%A9rioDaEduca%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 23 fev. 2023.

Na cena construída, o enunciado *eu quero* é constantemente reiterado na fala dos personagens, de modo a fixar a ideia de que a vontade dos estudantes está se fazendo valer. A iluminação de destaque e o ato de se erguer em meio à escuridão também contribuem para a elaboração dessa ideia. Outro aspecto de relevância nessas cenas é a seleção de atores cujos traços étnicos diferem entre si, engendrando um efeito de diversidade. Nesse enquadramento, é possível observar o trabalho de uma ordem discursiva produtora do consenso de que o NEM atende às expectativas dos mais diferentes jovens brasileiros e, por isso mesmo, configura uma política validada pela parcela da população a que ela se destina: os alunos.

Há, assim, a produção de vontades de verdade que atestam o funcionamento estratégico do poder a partir de uma lógica consensual que traz à baila as imagens do protagonismo, da liberdade e da escolha dos estudantes, as quais são também reforçadas na continuação da propaganda, retratada na imagem a seguir.

Imagem 2 - Propaganda Governo Temer, parte 2



Fonte: Canal oficial do Ministério da Educação no YouTube.¹⁰

¹⁰

Disponível

em:

https://www.youtube.com/watch?v=7_Fdhibi0yQ&ab_channel=Minist%C3%A9rioDaEduca%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 23 fev. 2023.

Após a fala dos personagens, a propaganda prossegue, alinhando-se a uma linguagem conativa, própria das peças publicitárias, para se dirigir aos estudantes brasileiros com os seguintes dizeres: “Com o Novo Ensino Médio, você tem mais liberdade para escolher o que estudar, de acordo com a sua vocação. É a liberdade que você queria para decidir o seu futuro”. Partindo do pressuposto de que “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2016, p. 118), o dizer, direcionado ao espectador, é bastante estratégico por dialogar com um imaginário já muito arraigado em nossa cultura: aquele segundo o qual a juventude demanda por certa urgência de liberdade. Assim, fabrica-se discursivamente a liberdade, objeto de desejo dos jovens brasileiros, enquanto uma espécie de concessão oferecida pelo NEM¹¹.

É preciso lembrar que tal construção discursiva não pode ser despreendida daquilo que Foucault (2016) nomeia de raridade do enunciado, isto é, sua condição finita e limitada, frente às possibilidades que a língua e a lógica oferecem. Os enunciados são raros porque não se pode falar sobre qualquer coisa, em qualquer circunstância: há uma certa divisão entre aquilo que se poderia dizer e o que é efetivamente dito. Por isso, os dizeres não são aleatórios, mas sempre regidos por um certo poder regulador, cujo funcionamento atua de modo a construir verdades e subjetividades por meio dos discursos.

Assim, frente à raridade que marca a produção discursiva, cabe responder à seguinte questão: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2016, p. 30). A busca pela resposta se confrontará necessariamente com o funcionamento do poder e com as condições de possibilidade que permitem a emergência de certos efeitos de verdade em determinada conjuntura. Nesse sentido, permitimo-nos realizar o exercício analítico de propor o seguinte questionamento: por que esse enunciado, e não outro semelhante, é produtivo para a propaganda em destaque? Ao que complementamos com outra pergunta: por que o item lexical *liberdade* se repete ao longo do enunciado?

Num contexto de crescente conservadorismo e de crise política/econômica, a promessa de uma renovação do país foi construída através das políticas institucionais de reformas no governo Temer. Tais reformas, revestidas de princípios do liberalismo econômico, levantaram como principal bandeira a *liberdade*, ainda que esta não se associasse à libertação do povo das

¹¹ A ideia de liberdade enquanto anseio dos jovens brasileiros também é reforçada por meio das imagens veiculadas no vídeo. Quando a palavra liberdade tem sua primeira ocorrência na propaganda, passam a despontar na tela rostos iluminados, olhos que cintilam e miram o horizonte, além de sorrisos que revelam contentamento e satisfação.

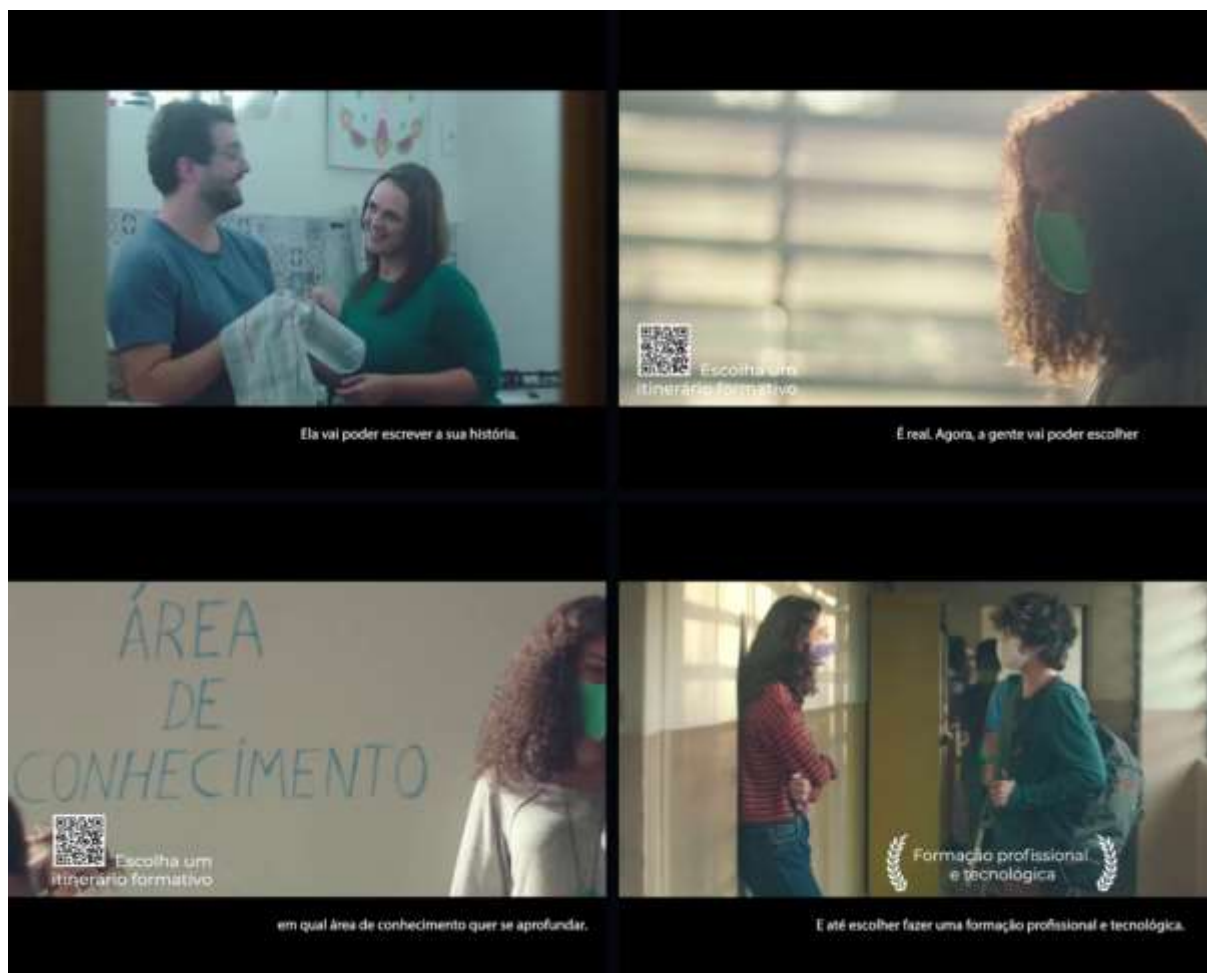
instâncias de controle, mas à soberania das transações econômicas e do capital privado. Por suscitar um imaginário relacionado aos direitos e à autonomia, a *liberdade* foi reiteradamente utilizada em diferentes propagandas sobre o NEM, construindo, desse modo, o efeito de progresso e de protagonismo dos jovens frente às escolhas que envolvem seu futuro.

É justamente na base desse processo discursivo que atua o autoritarismo na fabulação de uma realidade nada factual (SCHWARCZ, 2019), onde o jovem brasileiro desfrutaria do poder e da liberdade sem limites para escolher o seu próprio destino. Ao se valer dessa construção fictícia, o poder autoritário brasileiro se utiliza estrategicamente da produção de vontades de verdade, as quais trabalham no discurso de modo a corroborar com a imagem de um jovem livre e autônomo para trilhar o próprio caminho, escamoteando, assim, o fato de que essa liberdade está circunscrita aos poucos integrantes da elite econômica.

Esse funcionamento do autoritarismo no nível do discurso educacional expõe aquilo que já nos é muito familiar: o não reconhecimento e o não enfrentamento das desigualdades em favor da criação de narrativas apaziguadoras e idealizadas (SCHWARCZ, 2019). Produzir um consenso em torno da ideia de um jovem livre para efetuar suas escolhas é muito mais produtivo para as estruturas autoritárias de poder do que reconhecer e enfrentar a profunda desigualdade que impede essa pretensa liberdade, oferecendo, em vez disso, sujeição e docilização dos jovens mais pobres às forças de trabalho historicamente desvalorizadas.

Nessa criação do consenso sobre a ideia de um jovem brasileiro livre e protagonista, há, nas propagandas do MEC, um outro item lexical que se repete frequentemente ao longo das divulgações sobre o NEM: a palavra *escolha/escolher*. Associada à tônica da liberdade, a escolha figura nas propagandas como a manifestação do “poder concedido” ao jovem brasileiro: a ele cabe decidir sobre a sua própria formação, escolhendo, dentre múltiplas possibilidades, o caminho que melhor atenda aos seus objetivos e preferências.

Imagem 3 - Propaganda Governo Bolsonaro, parte 1



Fonte: Canal oficial do Ministério da Educação no Youtube.¹²

A imagem 3 reúne quatro cenas da propaganda divulgada pelo governo Bolsonaro em julho de 2021, com o objetivo de anunciar a implementação do NEM nas escolas no ano seguinte. Há, portanto, entre as duas propagandas analisadas, um recorte temporal de quatro anos, que marca a passagem entre as gestões Temer e Bolsonaro. Embora tenham sido administrações diferentes, os dois governos mantiveram certa congruência no modo como conduziram os trâmites para a implantação do NEM no sistema educacional. Isso porque as duas gestões foram marcadas por uma mesma política ultraliberal, colocada a serviço de organismos internacionais¹³ e da classe empresarial da educação¹⁴, as quais se beneficiam da reforma do Ensino Médio, cujos esforços são completamente destinados ao lucro e à obtenção de mão de obra imediata para o mercado de trabalho.

¹²

Disponível

em:

https://www.youtube.com/watch?v=rffon63gGBY&ab_channel=Minist%C3%A9rioEduca%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 23 fev. 2023.

¹³ Banco Mundial.

¹⁴ Fundação Lemann, Instituto Unibanco etc.

O autoritarismo também constituiu um traço comum aos dois governos, ainda que tenha se materializado de modo mais explícito durante a presidência de Jair Bolsonaro, a partir de suas políticas institucionais e de suas declarações de cunho discriminatório, que tinham como alvo as populações minorizadas. Por essa razão, é possível observar o mesmo funcionamento fabulatório do poder autoritário não apenas nas propagandas do governo Temer, mas também naquelas produzidas pelo governo Bolsonaro, como é o caso da peça publicitária representada na imagem 3, que reúne quatro cenas, sendo a primeira marcada por um diálogo entre os pais de uma jovem, no qual a mãe enuncia: “Ela vai poder escrever a sua história”. Na segunda e na terceira cenas, uma aluna se ergue, anunciando com entusiasmo: “É real. Agora, a gente vai poder escolher em qual área de conhecimento quer se aprofundar”, ao que outro jovem complementa na última cena: “E até escolher fazer uma formação profissional e tecnológica”.

Conforme mencionamos anteriormente, o termo *escolha* figura, aqui, como elemento que confere poder ao jovem brasileiro para “escrever sua história”, produzindo, desse modo, o efeito da realização do *sonho de liberdade*, que se concretiza por meio do ato de escolher. O enunciado “É real” se contrapõe à dimensão onírica ou falaciosa, enfatizando a ideia de que não se trata de um sonho ou de uma mentira, mas de uma realidade na qual o estudante teria a liberdade de escolha sobre o seu próprio futuro. Tal construção discursiva encontra-se engendrada na dinâmica do poder autoritário brasileiro, que oblitera, nessa discursivização da *escolha*, a irônica *falta de escolha* que o NEM oferece aos jovens pertencentes às classes trabalhadoras, a quem, de fato, essa reforma foi destinada desde sua origem.

Essa questão nos leva a outro ponto de destaque dessa materialidade, que é o uso da palavra denotativa de inclusão *até*, presente na última cena, para se referir aos cursos profissionalizantes: “E até escolher fazer uma formação profissional e tecnológica”. Essa construção linguística opera de modo a atribuir ênfase a esse nível de ensino, conhecido como a “menina dos olhos” da reforma, o qual tem sido anunciado como uma das grandes novidades do NEM, embora não represente nenhuma alteração substancial no sistema de segregação já praticado em nossa sociedade e cuja oferta tem sido historicamente direcionada aos estudantes que integram a parcela mais pobre da população. Esse efeito de novidade e de inovação promovidas pelo NEM é ainda reforçado em diferentes momentos da propaganda, como é possível observar na imagem 4.

Imagem 4 - Propaganda Governo Bolsonaro, parte 2



Fonte: Canal oficial do Ministério da Educação no Youtube.¹⁵

A imagem 4 reúne mais cenas nas quais é possível vislumbrar a produção discursiva de um efeito de inovação da educação. Nas duas primeiras cenas, surgem na tela cinco estrelas acompanhadas dos dizeres: “Inovador” e “A mudança começou”, simulando uma espécie de avaliação em aplicativos, nos quais os usuários atribuem certo número de estrelas à qualidade do serviço que lhes foi ofertado, acrescentando algum comentário apreciativo. Tais imagens suscitam a ideia de que o NEM obtém a aprovação da população, que o define como inovador. Na terceira cena, um dos personagens enuncia que “A qualidade da educação vai dar um salto”. E, ao final da propaganda, um convite: “Deixe a educação transformar a sua história”. A análise das cenas nos leva inevitavelmente aos efeitos de inovação, de transformação, de modernização e de progresso. Essa obstinação em fixar tais atributos ao NEM faz parte de um procedimento bastante estratégico utilizado pelas instâncias de poder:

¹⁵

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rffon63gGBY&ab_channel=Minist%C3%A9rioDaEduca%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 23 fev. 2023.

“produzir e fazer circular discursos que funcionam como verdade, que passam por tal e que detém por esse motivo poderes específicos” (FOUCAULT, 2022c, p. 346).

Vale lembrar que, na ótica foucaultiana, a verdade não possui uma essência reveladora, que, absoluta, repousaria na materialidade das palavras, mas trata-se de um produto histórico produzido pelo poder e ao qual se atribuem efeitos específicos de poder. Portanto, dizer a “verdade”, em nossa sociedade, designa muito mais uma inscrição em certas instâncias de poder/saber, a partir das quais distinguem-se o verdadeiro do falso, do que propriamente uma iluminação daqueles que supostamente conhecem o “sentido verdadeiro”. Por isso, a produção de verdades “está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem (FOUCAULT, 2022d, p. 54).

Há, dessa forma, um funcionamento cíclico que põe em evidência um sistema de retroalimentação entre a verdade e o poder. Por essa razão, quando o Estado se vale do seu poderio para fixar verdades por meio de propagandas governamentais, está, ao mesmo tempo, produzindo efeitos de poder que possibilitam a perpetuação de sua estrutura de dominação. Assim, a elaboração discursiva de uma realidade na qual o NEM representa a inovação e a modernização da educação acaba por funcionar de modo a escamotear o recrudescimento da desigualdade que pressupõe a “reforma” do Ensino Médio, fato que favorece a manutenção do poder autoritário, beneficiário e financiador das formas mais desiguais de sociabilidade no Brasil.

Considerações finais

Se existe algo que nos anima a escrever sobre o autoritarismo, é a possibilidade de que nosso gesto analítico permita esquadrihar seu modo de funcionamento no interior do discurso educacional brasileiro para, assim, agenciar novas formas de resistência e de enfrentamento à ofensiva autoritária que insiste e persiste em desestabilizar o caráter democrático da educação. Detentora de uma força subversiva avassaladora, a instância educacional democrática torna-se intolerável àqueles que se beneficiam das formas hierárquicas de sociabilidade porque oferece aos indivíduos a oportunidade de despedirem-se das relações de poder que os submetem ao controle, à obediência e à desigualdade naturalizada.

A garantia de uma educação pública, gratuita e igualitária, capaz de romper com o ciclo de injustiças que atravessam nossa história, atemoriza as estruturas autoritárias de poder, que procuram perpetuar os antigos sistemas de mando e de servidão em nosso país, o que leva às constantes investidas de domesticação e amoldamento dos nossos jovens à exploração da força de trabalho e à difusão de valores que privilegiam o acúmulo de capital em detrimento dos valores de igualdade e de solidariedade humana. Nesse sistema ultraliberal, do qual se originou o NEM, a educação é metamorfoseada em mercadoria e os estudantes passam a ser meros consumidores, destinados a cumprir seus papéis no interior dos estratos sociais dos quais fazem parte.

Trata-se de um verdadeiro *apartheid* educacional em que, de um lado, os filhos da elite econômica podem desfrutar de todos os privilégios de uma educação de qualidade e das benesses que dela decorrem; de outro lado, estão os filhos da classe trabalhadora, aos quais é relegada a disparidade de ofertas no ensino, além do direcionamento aos cursos técnicos, ou mesmo ao encaminhamento a itinerários formativos esvaziados de aprofundamento teórico e prático, destituídos de potencial efetivo para garantir a formação plena dos estudantes das escolas públicas do país¹⁶.

Com o objetivo de cartografar o funcionamento do autoritarismo no discurso educacional brasileiro e munidos do aparato teórico-metodológico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, pudemos analisar duas propagandas do MEC sobre o NEM, produzidas nas gestões Temer (2017) e Bolsonaro (2021), cujas materialidades se inscrevem em uma ordem do discurso que apaga o cenário desigual do país, visibilizando a atuação de uma rede discursiva antidemocrática, movida não pelo reconhecimento e pelo enfrentamento da realidade, mas por sua invenção (SCHWARCZ, 2019). Tal invenção da realidade se estrutura a partir de uma trama discursiva que lhe cria o espaço de existência: a produção de verdades (FOUCAULT, 2022d) que elaboram discursivamente os efeitos de modernização, de mudança, de liberdade, de escolha e de protagonismo, qualidades atribuídas ao NEM.

Essas verdades produzidas pelo poder autoritário atestam um funcionamento em cadeia que se expressa pela: 1) negação da realidade desigual do país; 2) criação de narrativas consensuais e apaziguadoras sobre os benefícios do NEM; 3) consequente absorção das revoltas e produção de subjetividades servis; e 4) manutenção das estruturas autoritárias no metabolismo social brasileiro. O autoritarismo, assim, põe em cena um agenciamento

¹⁶ Após reforma do ensino médio, alunos têm aula de 'O que rola por aí', 'RPG' E 'Brigadeiro caseiro'. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/02/aula-de-rpg-ou-de-cuidados-com-o-pet-professores-e-pais-criticam-disciplinas-inusitadas-do-novo-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 23 fev. 2023.

estratégico das relações de forças, na tentativa de conter as resistências, refreando os possíveis avanços democráticos da educação por meio da mercantilização do Ensino Médio e da institucionalização da desigualdade.

Essa constatação, no entanto, não pode ser encarada com certa dose de niilismo ou com alguma descrença resignada. É mais uma vez Foucault (2022) quem nos lembra de que o poder não é sempre triunfante: é possível traçar táticas e estratégias de contra-ataque, a partir da demarcação do poder e de seus modos de ação, para então agenciar as possibilidades de resistência. Nosso gesto analítico, portanto, soma-se aos diferentes setores que resistem àqueles que temem e odeiam a educação democrática, essa instância intolerável, com potencial “para dar a todos, independentemente de antecedentes, talento natural ou aptidão [...] para sair de seu ambiente conhecido, para se superar e renovar (e, portanto, mudar de forma imprevisível) o mundo” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2013, kindle).

Referências

BRAGA, Amanda. **A mídia impressa na promoção de discursos sobre políticas de igualdade racial: o negro e a revista Raça**. 2008. 113f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

BRAGA, Amanda; SÁ, Israel de. Resistir hoje como resistimos ontem: memórias da ditadura civil-militar e o documentário *Torre das Donzelas*. In: BRAGA, Amanda; SÁ, Israel de. (Org.). **Por uma microfísica das resistências: Michel Foucault e as lutas antiautoritárias da contemporaneidade**. Campinas: Pontes Editores, 2020, p. 47-72.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARVALHO, Milena. **Exclusão de gênero do Plano Nacional de Educação é retrocesso, diz educador**. São Paulo: *IG*, 26 dez. 2015. Disponível em: https://www.geledes.org.br/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-dizeducador/?gclid=Cj0KCQiAorKfBhC0ARIsAHDzslvDwPs19k_b5Lv66viOmyOncRgkEs_zJQKL4OmB4ORojTazo79E27CwaAqJxEALw_wcB. Acesso em 23 fev. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Editorial Perseu Abramo, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Claudia Sant’Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022a. p. 278-295.

FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022b. p. 363-406.

FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022c. p. 344-362.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022d. p. 35-54.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 1). 51 ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GUIMARÃES ROSA, João. **Grande Sertão**: veredas. 22 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Trad. Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Kindle.

ORLANDI, Eni. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. 4 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 53-61.

PÊCHEUX, Michel. Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). **Análise do discurso**: Michel Pêcheux. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014. p. 73-92.

SÁ, Israel de. **Memória discursiva da ditadura no século XXI**: visibilidades e opacidades democráticas. 2015. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7586>. Acesso em: 09 set. 2022.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

Recebido em: 23 de fevereiro de 2023

Aceito em: 4 de abril de 2023